INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA
(ILAACH)
ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO-AMERICANA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL PÓS - REDEMOCRATIZAÇÃO: A INFLUÊNCIA DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NAS AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAIS

Guilherme de Souza Santos Netto

Foz do Iguaçu

2025

Versão Final Homologada
13/03/2025 16:19

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL LATINO-AMERICANA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL PÓS - REDEMOCRATIZAÇÃO: A INFLUÊNCIA DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NAS AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAIS

Guilherme de Souza Santos Netto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História Licenciatura.

Orientadora: Márcia Cossetin

Foz do Iguaçu

2025

Versão Final Homologada
13/03/2025 16:19

Guilherme de Souza Santos Netto

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO: A INFLUÊNCIA DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NAS AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História Licenciatura.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dra. Márcia Cossetin
UNILA

_____

Prof. Dra. Juliana Pasini
UFRGS

_____

Prof. Dr. Tiago Sanches
UNILA

Foz do Iguaçu, 12 de Março de 2025.

Versão Final Homologada
13/03/2025 16:19

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a minha família que sempre fez parte disso, apesar de toda a dificuldade e obstáculos encontrados pelo caminho traço aqui o início de uma História que continuará nos meus sobrinhos, futuros filhos e netos. Não posso deixar de ressaltar a importância de duas mulheres que fizeram parte da minha história, que são minha mãe Vera Lúcia Santos Netto e minha esposa Débora Soares Dias Santos Netto, duas mulheres que moldaram meu caráter.

Claro que não posso esquecer do meu Pai Helder Santos Netto que não está presente mais entre nós, mas que tenho certeza que estaria orgulhoso de seu filho que prometeu terminar essa empreitada antes de seu pai falecer.

À minha orientadora, minha mais sincera gratidão por estar comigo, ter paciência e compreensão, principalmente nessa etapa final do artigo, creio que não conseguiria ter a calma e exatidão para trabalhar minha escrita se não fosse ela.

Por fim, não posso deixar de citar minha segunda família que são meus amigos, como, o Gabriel César que termina essa página da vida junto comigo, meus amigos Renan chiapetti, Marcos Vinícius, Pedro Becker e Fernando Brandão que me ajudaram a desenvolver meu pensamento crítico através de grandes conversas repletas de discussões relevantes.

Versão Final Homologada
13/03/2025 16:19

RESUMO

O texto ora apresentado tem como objetivo investigar a ascensão do ideário neoliberal no pós-redemocratização do Brasil e a proposição e implementação de políticas públicas educacionais nesse período, destacando-se as mudanças provenientes dos diferentes governos. Para tanto, delimitamos os períodos de 1990 a 2022 para abarcar o primeiro governo eleito por voto pós-redemocratização de 1985 e o último a ter mandato completo concluído. Realizou-se pesquisa de abordagem qualitativa, de tipo documental e bibliográfica e a partir desta, concluiu-se que o ideário neoliberal influenciou e definiu as políticas educacionais e a garantia do direito à educação. Os encaminhamentos econômicos e políticos se refletem nas políticas educacionais propostas e implementadas desde o primeiro governo eleito no pós-redemocratização do Brasil. Por outro lado, compreendemos que ocorreram avanços em governos que viabilizaram políticas de ampliação do acesso e permanência na educação, tais como se pode observar nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff. Podemos inferir, como elemento central para a conquista de políticas públicas, inclusive educacionais, a possibilidade de participação e disputas coletivas em espaços decisórios.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Neoliberalismo; Governos pós-redemocratização.

INTRODUÇÃO

Ao procurarmos compreender o acesso à educação no Brasil, sobretudo, à educação básica, é necessário que o façamos na inter-relação expressa entre a constituição das políticas econômicas e sociais mais amplas e as políticas educacionais propostas e implementadas. Nesse sentido, no texto ora apresentado, objetivamos investigar a ascensão neoliberal pós-redemocratização do Brasil e a proposição e implementação de políticas públicas educacionais nesse período, destacando-se as mudanças provenientes dos diferentes Governos. Para tanto, delimitamos os períodos de 1990 a 2022 para abarcar o primeiro Governo eleito por voto popular no pós-redemocratização de 1985 e o último a ter já concluído o mandato. Entendendo-se que tratam tanto do período pós-redemocratização em que as políticas públicas passam a ser influenciadas pela orientação do ideário neoliberal no Brasil. Tal período foi delimitado, também, pelo fato de que diferentes estudos demonstram que, contraditoriamente, no pós-redemocratização o Brasil passa por um processo de promulgação de legislações, com ênfase à Constituição Federal de 1988, que ampliam o rol de direitos sociais dentre eles o direito à educação, mas, que, por outro lado, é também nesse período em que se organizam as políticas econômicas ancoradas no ideário neoliberal.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi o de investigar como a ascensão do ideário neoliberal no período pós-redemocratização influenciou a educação pública, as políticas

educacionais provenientes dos diferentes Governos federais, demarcando avanços que foram possíveis e limites provenientes das prioridades elencadas por cada gestão federal à frente do país.

O problema que delimita a análise foi definido como: Como as políticas neoliberais afetaram o desenvolvimento da educação pública no Brasil ao longo das últimas décadas, sobretudo para a classe trabalhadora e que mudanças foram possíveis no sentido de políticas públicas? Para responder à problemática proposta realizou-se pesquisa exploratória, de tipo documental, em que foram consultadas legislações do período temporal delimitado, e bibliográfica, com amparo teórico de autores como: Saviani (2018) e Moraes (2001).

A organização do texto apresenta-se da seguinte forma: no primeiro subtítulo, abordamos o que é ideário neoliberal, as mudanças que são estabelecidas a partir dele e como definem as políticas econômicas e sociais em diferentes países, inclusive, as políticas educacionais. A partir disso, no segundo subtítulo, apresentamos algumas políticas educacionais propostas e implementadas no Brasil a partir do pós-democratização nos diferentes Governos sob influência do neoliberalismo. Por fim, nas considerações finais reiteramos reflexões pertinentes sobre o processo que envolve o acesso à Educação no Brasil no período pós-redemocratização sob as influências do ideário neoliberal nos diferentes Governos.

2. A NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL: O IDEÁRIO NEOLIBERAL

Para tratarmos do avanço do ideário neoliberal e sua influência na educação pública, especialmente, na América Latina e especificamente no Brasil, precisamos localizar o processo que envolve a reestruturação do capitalismo mundial, que ocorre aproximadamente ao final da década de 1960 e estende-se ao início dos anos de 1970 nos países com capitalismo mais desenvolvido marcando um movimento de retirada dos direitos sociais recém conquistados após a Segunda Guerra Mundial. Nos países de capitalismo pouco desenvolvido remete ao período do final dos anos de 1980, intensifica-se na década de 1990 e perdura até a atualidade em ambos os casos.

Nesse sentido, se no ideário do liberalismo clássico tinha-se a perspectiva de limitar o papel do Estado na organização social, inclusive como interventor de políticas públicas[1], uma

[1] Moraes (2001), indica ao tratar do liberalismo clássico a partir daquele que é considerado o pai do liberalismo, Adam Smith, que a ideia era a de ‘desregulamentar e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a

das crises do capitalismo mundial do pós segunda guerra mundial veio auxiliar na instauração de um modelo de Estado denominado de bem estar social, em que, de acordo com Moraes (2001) o Estado englobou as funções de controle das atividades econômicas, das relações de emprego e de uma mínima redistribuição da riqueza por meio das políticas sociais, este foi o "consenso keynesiano", que ocorreu nos países de capitalismo desenvolvido.

De forma diversa, quando se trata dos países de capitalismo periférico, pouco desenvolvido, como é o caso da maioria dos países latino-americanos, dentre eles o Brasil, não se experimentou as políticas do Estado de bem-estar social.

Ao final da década de 1970, nos países de capitalismo desenvolvido, constitui-se um alinhamento político ideológico que fundamenta políticas econômicas em que se localiza um inimigo central "o conjunto institucional composto pelo Estado de bem-estar social, […] identificado com a doutrina keynesiana" (MORAES, 2001, p. 13). Elegeu-se, conforme o mesmo autor, como inimigos a destruir o Estado de bem-estar e as instituições políticas que permitem o gerenciamento estatal da economia. Não diferindo substancialmente do liberalismo, o neoliberalismo se constitui como forma de potencializar o modelo de livre mercado, com uma crescente na forma de agir sem interferência do Estado causando algumas consequências, dentre elas, a privatização, conforme afirma (FRIEDMAN, 1982, p. 40): "O papel do governo deve ser limitado, e a liberdade econômica é fundamental para a liberdade política; quanto mais o governo interfere, mais a liberdade individual é restringida".

O ideário neoliberal, constitui "[…] em primeiro lugar uma ideologia, uma forma de ver o mundo social, uma corrente de pensamento" (MORAES, 2001, p. 13), que orienta a ação dos Governos e impacta na condução das políticas pois é uma teoria das práticas político-econômicas que enalteceu as liberdades e capacidades empreendedoras individuais, no âmbito de uma estrutura sólida quanto aos direitos de propriedade, próprias ainda do liberalismo (HARVEY, 2013).

A ascensão do neoliberalismo tem notoriedade entre os anos 1970 e 1980 em países como os Estados Unidos da América (EUA), a Inglaterra e a Alemanha, com governos que se opunham ao Keynesianismo, conforme indica Moraes (2001), diferentes líderes partidários alinharam-se com programas neoliberais definindo as políticas governamentais de importantes países: em 1979, Margaret Thatcher, na Inglaterra; em 1980, Ronald Reagan, nos EUA; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha.

---

funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos' (MORAES, 2011, p. 3).

No que se refere à América Latina, os ajustes neoliberais mostraram-se no ano de 1973, no Chile, com Augusto Pinochet,

> […] em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez de Hoz. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Pérez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso (MORAES, 2001, p. 15-16).

Como assevera Moraes (2001) é ainda na década de 1980 que as políticas orientadas pelo ideário neoliberal se apresentam. Isto em um contexto, em que os direitos sociais haviam sido recém ampliados legalmente, sobretudo com a Constituição Federal de 1988. Assim, as políticas econômicas orientadas pelo ideário neoliberal no Brasil intensificaram-se nos anos 1990 com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que governou o país no período de 1995 a 2002, por dois mandatos consecutivos, mas, essa forma de direcionar política já se mostrava em governos anteriores com o ex-presidente Fernando Collor de Mello, no início dos anos 1990, e com seu vice que assume a presidência com a renúncia de Collor em 1992, Itamar Franco.

Sob o fundamento neoliberal se implementam duas grandes linhas condutoras: privatizar empresas estatais e serviços públicos e desregulamentar, diminuindo a interferência pública nos empreendimentos privados. Desse modo, o "Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer" (MORAES, 2001, p. 17). Nesse contexto, soluções privadas e setorizadas para o atendimento a diferentes demandas sociais tais como educação, saúde, amparo à pobreza, dentre outros, passaram a ser atendidas por organizações não governamentais e/ou setor privado (MORAES, 2001).

Dentre os exemplos da intensificação do ideário neoliberal, no governo FHC, o Fundo Monetário Internacional (FMI)[2], mostra que foram privatizadas mais de 100 empresas estatais que até 2005 geraram uma receita de 95 bilhões de dólares americanos e passaram a ser administradas não mais pelo Estado, mas, pelo setor privado lucrativo. Sinteticamente, podemos delimitar que:

[2] Dados trazidos pelo Banco Central do Brasil, Fundo Monetário Internacional, 2025. Disponível em:https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/fmi; Acesso em: 6 mar, 2025.

> Se, no Governo de FHC, tínhamos, [...] um alinhamento político explícito com os interesses dos grandes detentores do capital nacional e internacional, nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, podemos dizer, conforme propõe Boito Jr. (2016), que esse alinhamento político estava dividido em dois campos que envolviam todas as classes sociais, e cada um deles estava sob a hegemonia de uma fração da burguesia, ou seja, uma frente composta pela grande burguesia interna pelos empresários brasileiros, pela parte baixa da classe média, pela maior parte da classe operária, pelo campesinato e pelos trabalhadores marginalizados que foram representados nas políticas pelos Governos do PT, que buscavam promover o crescimento econômico com forte participação das grandes empresas nacionais e, em, detrimento, do capital internacional. Por outro lado, essa política completava-se com a distribuição de renda e melhores condições de vida para os mais pobres. Na outra frente, estavam as políticas neoliberais puras e duras dirigidas pela burguesia brasileira e integradas ao capital internacional, em que as propostas de política econômica e externa preteriam os interesses de grupos nacionais integrantes da burguesia interna (COSSETIN, 2017, p. 179).

Sucintamente e respeitando-se os arranjos econômicos e políticos de cada período e as disputas estabelecidas tanto no contexto da burguesia como também das classes populares, podemos indicar que desde o Governo de Fernando Collor de Melo, ainda no início dos anos de 1990, temos o ideário neoliberal como indicador das políticas econômicas e sociais a serem implementadas no Brasil. Tal fato, não significa que não há diferenças entre os Governos conforme indicamos ao tratar-se do Governo de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e, sobretudo, recrudescimento de políticas pró-capital, como é o caso dos Governos pós golpe de 2016, tais como o de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. Tais encaminhamentos econômicos e sociais têm impacto intrínseco nas políticas educacionais propostas e implementadas conforme demonstraremos a seguir.

Para que possa haver uma compreensão de como a educação é ofertada no Brasil pós redemocratização é importante ressaltar a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição cidadã, pois, é articulada em um momento histórico do Brasil onde o país distanciava-se da ditadura militar e concedia uma participação popular fortalecendo o estado democrático de direito. Nas leis maiores do Estado um dos principais objetivos são atrelados aos direitos sociais nos quais incluem o direito e garantia ao acesso à educação de qualidade, como tais: o Artigo 205 que anuncia a promoção e o incentivo à educação, preparar as pessoas para o exercício da cidadania, qualificar as pessoas para o trabalho, promover o pleno desenvolvimento das pessoas; o artigo 208 que garante o direito à educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, incluindo toda a faixa etária que abrange a Educação Básica, este último alterado pela Lei nº 12.796/2013 ajustando-se à Emenda Constitucional nº 59/2009.

Todavia, a nova ordem socioeconômica então instaurada que recebeu o nome de "neoliberalismo" e remete ao "*Consenso de Washington*". Assim, a expressão decorreu da reunião promovida em 1989 por *John Williamson no International Institute for Economy*, que funciona em Washington, com o objetivo de discutir as reformas consideradas necessárias para a América Latina (SAVIANI, 2018) e impactou significativa as políticas sociais, dentre elas as políticas educacionais.

Em um contexto de avanços legislativos no que se refere às políticas sociais, como é o caso do período pós-redemocratização, podemos afirmar que reformas que passaram a ser implementadas no Estado brasileiro a partir de 1990, demonstram, em parte, determinada subordinação da educação ao projeto societário e às mudanças econômicas. Um exemplo explícito é o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) que foi um dos pilares para realização da reforma do Estado e, consequentemente, impactou a educação, ao se reconfigurar as relações entre Estado e sociedade civil, consolidando, por exemplo, um processo de privatização que se deu de diferentes formas e estratégias, tais como as parcerias público-privado. Conforme indica Noma (2017), são estratégias próprias das reformas de cunho neoliberal implementadas no Brasil desde 1990 que tinham como direcionamento mudanças importantes em diversos setores, principalmente nas políticas sociais (NOMA, 2017), como veremos a seguir.

3. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PROPOSTAS NOS DIFERENTES GOVERNOS: APROXIMAÇÕES

Para conhecermos algumas das políticas educacionais propostas e possivelmente implementadas no período demarcado trazemos as que conseguimos mapear e que consideramos relevantes para a garantia do direito à educação sabendo, contudo, que não abarcamos todo o proposto no período. Assim apresentamos o quadro 1 em que são expostas as principais políticas de cada Governo:

Quadro 1: Governos federais brasileiros após a redemocratização.

Período	Governo	Partido	Síntese das Políticas Educacionais no Governo
1990 - 1992	Fernando Collor de Melo	Partido republicano nacionalista	Foi lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania e os CIACs (Centros Integrais de Atenção à Criança: resultaram de uma adaptação dos CIEPs instalados no Rio de Janeiro no governo de Leonel Brizola.
1992 - 1995	Itamar Franco	Partido do Movimento Democrático brasileiro (PMDB)	Plano Decenal "Educação para todos" inspirado na Declaração "Educação para Todos" - da Conferência de Jontien, Tailândia, de 1991; Fechamento do Conselho Federal de Educação e criação do Conselho Nacional de Educação.
1995 - 1999 1999 – 2003	Fernando Henrique Cardoso	Partido da social democracia brasileira (PSDB)	Decreto nº 2.208/1997: Formação profissional – implementação da separação entre ensino médio e ensino profissional técnico-profissional determinada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997; SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que ficou sob gestão do INEP e instituiu-se, em 1998, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).
2003 - 2007 2007 - 2011	Luís Inácio Lula da Silva	Partido dos trabalhadores (PT)	Lei n. 10.861/2004, que criou o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes); Lei n. 11.096/ 2005, que criou o PROUNI (Programa Universidade para Todos).
2011 - 2016	Dilma Vana Rousseff		Alterações pontuais em aspectos da LDB como a inclusão do § 3º no Art. 79 da Lei n. 12.416/ 2011, referente à oferta de educação superior para os povos indígenas; PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego); Plano Nacional de Educação – PNE – Lei Nº 13.005/2014 (2014-2024)
2016 - 2019	Michel Miguel Elias Temer Lulia	Movimento democrático brasileiro	Base Nacional Comum Curricular/BNCC Educação Básica; Reforma do Ensino Médio Lei Nº 13.415/2017; Projeto "escola sem partido";
2019 - 2023	Jair Messias Bolsonaro	Partido social liberal (PSL)	Resolução Nº 02/2019 - BNC/Formação; No Brasil, o homeschooling, ou ensino domiciliar, não é uma forma legal de educação reconhecida. No entanto, o Projeto de Lei (PL) 1338/2022 foi aprovado na Câmara dos Deputados e já foi discutido no Senado.

Fonte: Elaboração do autor, 2025[3].

No Governo de Fernando Collor de Melo pouco ou nada foi feito em relação às políticas educacionais e outras ações governamentais que pudessem significar a ampliação do direito à educação. Podemos inferir que houve o anúncio do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania e dos Centros Integrais de Atenção à Criança (CIACs), todavia, nenhum dos projetos foi implementado e conforme Saviani (2018) a política educacional do governo Collor resumiu-se a arbitrar sobre os preços das mensalidades das escolas privadas.

[3] O quadro foi elaborado, sobretudo, a partir da sistematização realizada por Saviani (2018).

Collor deixa a presidência após renúncia e assume a presidência seu vice, Itamar Franco, e como parte desse processo que incide na educação pública, especialmente no que se refere à implementação de processos de privatização segue-se o que indica Lúcia Maria Wanderley Neves em seu artigo "Privatização do ensino nos anos 90", publicado em 2001, que

> No final do período desenvolvimentista o cenário da relação escola pública e escola privada assim se configurava: em 1980, as escolas públicas eram responsáveis por 87,2% da matrícula do ensino fundamental, enquanto as escolas privadas por 12,8%. No nível médio de ensino, o Estado se responsabilizava diretamente por 53,5% da matrícula e, indiretamente, via escolas confessionais e laicas, por 46,5%. No ensino superior, a presença das escolas privadas era já significativa. Elas eram responsáveis por 62,1 % da matrícula nesse nível de ensino, enquanto as instituições de ensino superior públicas se responsabilizavam por apenas 35,7% (NEVES, 2001, p. 2).

Nesse sentido, no governo Itamar Franco foi apresentado o Plano Decenal "Educação para todos" inspirado na Declaração "Educação para Todos", da Conferência de Jomtien, Tailândia, de 1991, do qual o Brasil foi signatário. Esse plano estava focado no ensino fundamental e se propunha, em dez anos, atingir o duplo objetivo fixado na Constituição: Eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental (SAVIANI, 2018).

Cabe destacar o fechamento do Conselho Federal de Educação e criação do Conselho Nacional de Educação e relacionada a essa ação, a título de exemplo do processo que revela a incidência de políticas orientadas pelo neoliberalismo e seus preceitos podemos indicar, ainda no Governo de Itamar Franco, quando, segundo informações do site oficial do Sindicato de Professores de São Paulo (SinproSP), Itamar Franco em 1994 atuou na composição do Conselho Federal de Educação (CFE) e foi acusado de transformar o Conselho em um órgão que promovia interesses privados, já que um dos papéis do CFE era autorizar o funcionamento de instituições e abertura de novos cursos. Como se observa na reportagem a seguir.

Figura 1: O privado no Conselho Federal de Educação

O ESTADO DE S.PAULO

GERAL

DOMINGO, 17 DE JULHO DE 1994 — PÁGINA A23

ENSINO SUPERIOR

Entidades particulares atuam na sede da CFE

Livres de aluguel, três associações de ensino trabalham há um mês no prédio do Conselho Federal de Educação, órgão responsável pela definição da política educacional

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — Faculdades e universidades particulares ocupam, há pelo menos um mês, uma sala na nova sede do Conselho Federal de Educação (CFE), órgão público encarregado de definir a política educacional, e que deverá ser extinto pelo governo. Com a aprovação da maioria dos 24 conselheiros, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABM), a Federação Interestadual das Escolas Particulares (Fiep) e o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) ganharam a sala e se instalaram no prédio do CFE, que tem suas ações investigadas pelo governo.

Aluguel — Livres do pagamento do aluguel e com a vantagem da proximidade e do livre trânsito no conselho, as três entidades se dispuseram a gastar o equivalente a R$ 3,9 mil para mobiliar sua nova filial. Com o dinheiro, rateado entre as três associações, foram comprados duas mesas de reunião, duas poltronas, seis cadeiras, além de mesas de centro, de canto e para máquinas. O escritório, arrumado com divisórias e cortinas, tem ainda telefone, fax e copiadora xerox. Para manter o funcionamento do escritório, as instituições estimam gastar R$ 750 por mês.

"A sala nos foi doada pelo conselho e nós tiramos proveito disso", confirmou o secretário-executivo da os donos de escola aceitaram a oferta do CFE porque precisavam de um lugar "onde pudessem cuidar do que fosse necessário".

Encarregado de organizar o escritório, Menezes tratou de quitar as despesas. No dia 21 de junho, ele passou um fax para pedir ao presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de São Paulo, Gabriel Mário Rodrigues, o pagamento de R$ 1,55 mil — R$ 1,3 mil para os móveis e R$ 250 para gastos com o funcionamento. A mesma cota foi paga pela própria ABM e pela Fiep. Mesmo tendo esse entrosamento com o CFE, o secretário-executivo da ABM não quis comentar as denúncias existentes contra o órgão. "Não conheço bem o funcionamento do conselho, porque assumi o cargo há pouco tempo", justificou.

MENEZES: "TIRAMOS PROVEITO DISSO"

Além da sala, há outros sinais do intenso relacionamento entre os estabelecimentos privados de ensino superior e o CEF. Conforme revelou o **Estado** na quinta-feira, o presidente do Conselho, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, advoga em favor de escolas, ao mesmo tempo em que desempenha função pública. O presidente do CFE considera "regular" sua dupla militância. Ele também nega que o conselho favoreça o setor.

Na Justiça Federal de São Paulo, Gonçalves já respondeu como advogado pelas seguintes escolas privadas: Universidade Braz Cubas, Universidade do Oeste Paulista de Presidente Prudente (Unoeste), Universidade São Judas Tadeu, Univer-

Jorge Cardoso/AE

Nova sede da CFE: entidades particulares gastaram R$ 3,9 mil na compra de móveis e cortinas para mobiliar a sala que ocupam

Lobistas agem no CFE para aprovação de projetos

ANTÔNIO CARLOS SILVA

BRASÍLIA — O presidente da Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação (Caplan-CFE), Édson Machado de Sousa, confirmou a atuação dos escritórios de consultoria jun-

o que acontece. De acordo com o presidente, como os escritórios preparam os projetos, seus representantes atuam diretamente fazendo lobby sobre os conselheiros nas dependência do CFE. "Depois que a

PERMISSÃO

na hierarquia do CFE. Antes dela, há a Coordenação de Assuntos Educacionais (CAE). São seis conselheiros que atuam na Caplan, presididos por Sousa. A Caplan é que dá o parecer único, além

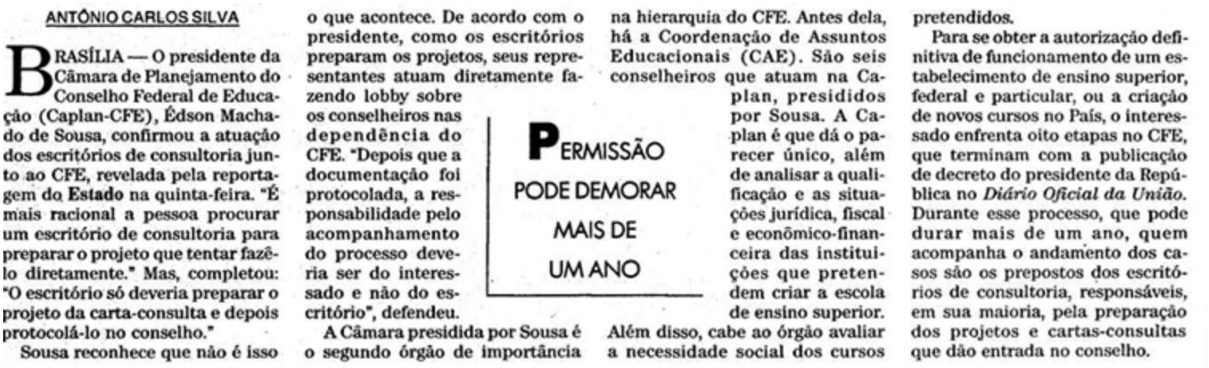
pretendidos.

Para se obter a autorização definitiva de funcionamento de um estabelecimento de ensino superior, federal e particular, ou a criação de novos cursos no País, o interessado enfrenta oito etapas no CFE, que terminam com a publicação

Fonte: O Estado de S. Paulo, 1994.

Como podemos notar no recorte do jornal ‘’O estado de São Paulo’’ de 17 de julho de 1994, está sendo destacado como subtítulo de uma matéria: ‘’ Lobistas agem no CFE para aprovação de projetos’’.

Figura 2: Conselho Federal de Educação e o privado no comando



ANTÔNIO CARLOS SILVA

BRASÍLIA — O presidente da Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação (Caplan-CFE), Édson Machado de Sousa, confirmou a atuação dos escritórios de consultoria junto ao CFE, revelada pela reportagem do **Estado** na quinta-feira. "É mais racional a pessoa procurar um escritório de consultoria para preparar o projeto que tentar fazê-lo diretamente." Mas, completou: "O escritório só deveria preparar o projeto da carta-consulta e depois protocolá-lo no conselho."

Sousa reconhece que não é isso o que acontece. De acordo com o presidente, como os escritórios preparam os projetos, seus representantes atuam diretamente fazendo lobby sobre os conselheiros nas dependência do CFE. "Depois que a documentação foi protocolada, a responsabilidade pelo acompanhamento do processo deveria ser do interessado e não do escritório", defendeu.

PERMISSÃO PODE DEMORAR MAIS DE UM ANO

A Câmara presidida por Sousa é o segundo órgão de importância na hierarquia do CFE. Antes dela, há a Coordenação de Assuntos Educacionais (CAE). São seis conselheiros que atuam na Caplan, presididos por Sousa. A Caplan é que dá o parecer único, além de analisar a qualificação e as situações jurídica, fiscal e econômico-financeira das instituições que pretendem criar a escola de ensino superior. Além disso, cabe ao órgão avaliar a necessidade social dos cursos pretendidos.

Para se obter a autorização definitiva de funcionamento de um estabelecimento de ensino superior, federal e particular, ou a criação de novos cursos no País, o interessado enfrenta oito etapas no CFE, que terminam com a publicação de decreto do presidente da República no *Diário Oficial da União*. Durante esse processo, que pode durar mais de um ano, quem acompanha o andamento dos casos são os prepostos dos escritórios de consultoria, responsáveis, em sua maioria, pela preparação dos projetos e cartas-consultas que dão entrada no conselho.

[4] Fonte encontrada em: Sindicato dos professores de São Paulo (SinproSP), Setor privado ganha espaço no Conselho Nacional de Educação. Atualizada em 07/07/2016. Disponível em: https://www.sinprosp.org.br/noticias/2415; acesso em: 6 mar. 2025.

Fonte: O Estado de S. Paulo, 1994.

Conforme indica Silva (2005):

> [...] durante os anos de 1990, o conselho responsável por debater e normatizar a educação no país foi alvo de inúmeras críticas e denúncias por causa de seu caráter clientelista: a ligação de alguns de seus membros com setores privados do ensino, principalmente no que tange ao ensino superior. Inicialmente, o Conselho Federal de Educação (CFE) e, posteriormente, o Conselho Nacional de Educação (CNE) ocuparam as manchetes de jornais com tais acusações. O CFE foi extinto em 1994 como forma de livrar a educação de tantas denúncias e foi criado o CNE, que deveria pautar-se pela ética e transparência nos debates e nas deliberações acerca da educação nacional. Entretanto, a extinção do CFE não foi suficiente para impedir que novas denúncias de clientelismo e favorecimento de determinados segmentos do ensino privado voltassem a ocorrer no novo conselho (SILVA, 2005, p. 77).

A situação retratada, desse modo, não se modificou, pelo contrário, quando assumiu a presidência do Brasil Fernando Henrique Cardoso no ano de 1995. Como parte da centralidade no ensino fundamental aprova-se a primeira política de Fundos para educação, manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que muito embora seja importante, deixou de lado as demais etapas e modalidades da educação básica.

Um ponto central asseverado por Saviani (2018)[5] em relação à educação neste governo foi a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/1996, mas, o texto aprovado distanciou-se do que almejavam os educadores que chegaram a apresentar um projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, antecipando-se ao governo e que foi protocolado na Câmara dos Deputados sob número 1.158-A/88 em dezembro de 1988 embora, ao final, tenha sido derrotado pela interferência do governo FHC no Senado, aprovando o texto encaminhado pelo governo uma lei minimalista que desobriga a União da manutenção da educação, mas concentra nela a avaliação.

É nesse governo também que se aprova Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 10.172/2001, mas, conforme ocorre com a LDB o texto conhecido como “projeto da sociedade brasileira”, que também se antecipou ao governo dando entrada na Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 1998 sendo seguido, dois dias depois, do projeto do MEC que teve a

[5] Compreendemos que tais operações legais e sua efetivação não se dão de forma mecanicista, mas, sim por lutas. Dentre as associações, Universidades, educadores, estudantes. De modo geral, citamos algumas: Associação Nacional de pesquisa e pós graduação em Educação (ANPED), Centro de estudos Educação e sociedade (CEDES), Federação das associações de servidores das universidades públicas (FASUBRA), Saviani (2018)

Versão Final Homologada
13/03/2025 16:19

prioridade invertida porque o governo tinha maioria no Congresso Nacional e reverteu a iniciativa dos educadores (Saviani, 2018).

Dentre os projetos privatizantes do governo FHC para educação podemos destacar o Decreto Nº. 2.207, regulamentando os dispositivos da nova LDB referentes ao ensino superior em dois aspectos sendo, conforme indica Saviani (2018), o primeiro, a admissão aberta e franca das instituições educacionais com fins lucrativos e o segundo introdução, na classificação acadêmica das instituições de ensino superior, da distinção entre "universidades" e "centros universitários", sendo que estes se constituíram como uma universidade de segunda classe, que não desenvolve pesquisa, alternativa para viabilizar a expansão e, por consequência, a "democratização" da universidade a baixo custo, em contraposição a um pequeno número de centros de excelência, isto é, as "universidades de pesquisa", que concentrariam o grosso dos investimentos públicos, acentuando o seu caráter elitista.

Outro ponto que recebeu destaque, em acordo com Saviani (2018), no governo FHC foi a separação entre ensino médio e ensino técnico-profissional determinada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, o que significou retrocesso tanto em relação à Lei n. 5.692 de 1971, como também à LDB de 1961, já que esta flexibilizou a relação entre os ramos do ensino médio de então, permitindo a equivalência e o trânsito entre eles, quebrando, assim, a "dualidade de sistemas" própria das reformas da década de 1940, na vigência do Estado Novo.

Nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, houve a criação do PROUNI, que muito embora tenha sido uma inovação e ampliação de vagas no ensino superior, por outro lado, reforçou a participação das instituições privadas na oferta de vagas do ensino superior. Em que pese as críticas fundamentadas ao PROUNI, é necessário demarcar que houve nos governos Lula ampliação e interiorização das Universidades e Institutos Federais de Educação, ação importante para acesso ao ensino superior.

Como parte importante das políticas implementadas no governo Lula está o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que passou a incluir, além do ensino fundamental, também a educação infantil (creches e pré--escolas), o ensino médio e a educação de jovens e adultos (EJA), abrangendo os meios urbano e rural e as modalidades da educação especial, da educação indígena e quilombola, assim como a educação profissional integrada ao ensino médio (Saviani, 2018). Isso representou um avanço para o financiamento da educação, todavia, com uma divisão de recursos ainda insuficiente para atender as demandas da educação no Brasil.

Nos governos de Dilma Vana Rousseff destacamos a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), relacionado à ampliação da educação

profissional e tecnológica, com objetivo oferecer cursos de educação profissional e tecnológica para a população, de forma gratuita, para trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, com direito a auxílio alimentação, auxílio transporte e material escolar.

Além disso, houve a expansão da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, dentre os quais: Bolsa-Formação; Fundo de Financiamento Estudantil Técnico (Fies Técnico); Rede e-Tec Brasil; Brasil Profissionalizado; Redes Estaduais de EPT; Rede Federal de EPT. Todavia, vários desses programas vincularam-se ao Sistema "S", ou seja, com destinação de recursos públicos ao setor não público. Por outro lado, cabe ressaltar a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com novos campi em todas as unidades da Federação passando de 140 campi em 2002 para 562 até 2014, abrangendo os governos do Partido dos Trabalhadores (Saviani, 2018).

No ano de 2014, último ano do primeiro governo de Dilma Vana Rousseff, há a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, Lei Nº 13.005/2014 (2014-2024), que, como indica Saviani (2018), avança no sentido de incorporar a meta de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, reivindicada desde a década de 1980 por ocasião da Constituinte, e com a destinação de parcela considerável dos recursos do pré-sal para a educação. Entretanto, nem incorporação dos 10% do PIB e nem tal destinação de recursos do pré-sal ocorre na medida em que a presidenta passa por um processo de impeachment, que entendemos como um golpe político-midiático orquestrado pela burguesia nacional. Tal fato, faz com entremos em um período de retrocesso em relação às políticas sociais, também educacionais, levando ao poder governos alinhados explicitamente ao ideário neoliberal que recrudescem retomando e intensificando os encaminhamentos econômico políticos aos ditames do neoliberalismo, iniciados ainda na década de 1990.

Os governos que sucederam a ex-presidenta Dilma Vana Rousseff foram Michel Temer (2016) e Jair Messias Bolsonaro (2019), que trazem consigo políticas problemáticas que incidiram na precarização da educação. Dentre os exemplos destacamos: o governo Temer sanciona a Medida Provisória n° 746/2016, que aprovada constitui a Lei Nº 13.415/2017, prevê uma reforma no ensino médio flexibilizando o currículo e aliando-o, sobretudo, à formação de mão de obra barata e flexível para sobreviver em um contexto social de incertezas constantes, dada também a diminuição de investimentos sociais em todas as áreas. Além disso, como parte das reformas implementadas na educação, via definição com participação maciça do setor privado, está a aprovação da Base Nacional Comum Curricular/BNCC Educação Básica. Essas

políticas tiveram importante contrariedade dos educadores e também estudantes, mas, de forma arbitrária, são instituídas.

Além disso, o governo Temer implementou políticas de redução de recursos para a educação pública tornando significativos os cortes e acarretando prejuízos na garantia do direito à educação. Na mesma perspectiva, em que se observa o desinvestimento na educação pública, o governo de Jair Messias Bolsonaro delega à educação e aos educadores o papel de inimigos. Tal fato se reflete no Ministério da Educação que sob comando do Abraham Weintraub[6], afirmou em entrevista que as universidades federais são espaços de balbúrdia e que o MEC "iria pra cima" dessas instituições, justificando que isso era necessário para comprir-se as reformas fiscais e teto de gastos públicos e afirmou:

> As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima (WEINTRAUB, 2019)[7].

Os pronunciamentos do então ministro retratam a descredibilização da educação por parte do governo federal no período e se refletiram também nas políticas propostas e em corte de recursos constantes.

Instituiu-se no governo Bolsonaro a Resolução Nº 02/2019 – Base Nacional Comum para a Formação inicial de professores que recebeu severas críticas por não estabelecer um debate coletivo e desconsiderou a Resolução anterior, Nº 02/2015, discutida e elaborada com a participação dos educadores. Nesse mesmo sentido, vem a aprovação do Decreto Nº 10.502/2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial, apresentando inúmeros retrocessos para todo o debate e legislações anteriores trazendo para o centro do atendimento educacional o setor privado e o retorno à segregação[8].

A situação foi agravada, conforme informações disponíveis no site oficial do Ministério da Educação (2023), no período da pandemia de Covid/19, que deveria ser um momento de

---

[6] Foi Ministro da Educação no período de 2019 a 2020, no governo de Jair Messias Bolsonaro.

[7] Reportagem intitulada de: 'Abraham Weintraub diz que universidades federais "têm cracolândia". Publicada no site da Carta Capital em 23 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/. Acesso em: 4 mar. 2025.

[8] Ver mais em: FONSECA, Ana Paula Araujo. Política de educação especial no estado do Paraná: caminhando na contramão da educação inclusiva. Debates em Educação, *[S. l.]*, v. 15, n. 37, p. e16628, 2023. DOI: 10.28998/2175-6600.2023v15n37pe16628. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/16628. Acesso em: 7 mar. 2025.

repensar o ensino e propor investimento público para que todos tivessem acesso, contrariamente reduz-se o orçamento educacional em R$ 101,3 bilhões em 2019 para R$ 98,6 bilhões em 2020 totalizando redução de 2,67% de um ano para o outro (MEC, 2019).

Sinteticamente, podemos afirmar que o período entre os anos de 2016 a 2022 pode ser definido como um retrocesso para a educação, Saviani (2018) assevera que seria um retrocesso não apenas de anos, mas, de décadas destacando a inviabilização do próprio "[...] Plano Nacional de Educação que, com a instalação do governo ilegítimo, antipopular e antinacional, resultou totalmente inviabilizado (SAVIANI, 2018, p. 302)" referindo a transição de governo entre Dilma Rousseff e Michel Temer, fato que se estendeu até o final do governo Bolsonaro, no ano de 2022.

Destacamos, entretanto, que é no governo Bolsonaro que se aprova a Lei Nº 14.113/2020, que institui o FUNDEB permanente, mas, demarcamos que isso só foi possível pela organização coletiva em torno dessa pauta e não se constitui como benesse de governo, mas, como conquista proveniente da participação e pressão coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas e as legislações educacionais aprovadas e implementadas decorrem dos arranjos e das disputas pertinentes a cada governo e período e, sobretudo, em administrações orientadas pelo ideário neoliberal podem indicar uma tendência de minimização dos direitos sociais e retrocessos na garantia do direito à educação, promovendo o elitismo educacional e, consequentemente, podendo gerar a exclusão de diversos grupos no acesso à educação.

Compreendemos com a realização da pesquisa que as políticas educacionais no pós-redemocratização trouxeram consigo os impactos do ideário neoliberal, que não foi abandonado, mas, que se intensificaram ao assumir o poder grupos políticos que se fundamentam na busca pela reprodução e manutenção do capitalismo e de seus preceitos disseminados pelo ideário neoliberal, conforme apresentamos.

Demarcamos que houve a implementação de políticas orientadas pelo ideário o neoliberal no país, sobretudo, nos três primeiros presidentes eleitos de forma democrática, no pós-redemocratização: Fernando Collor de Melo (1990 - 1992), Itamar Franco (1992 - 1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) que focaram suas ações políticas na liberalização da economia, que resultou em privatizações e fragilização das políticas sociais, nestas também a educação pública, levando-a a um espaço secundário a favor de interesses mercadológicos. Esses encaminhamentos se fizeram presentes e se alinham também aos governos de Michel

Temer (2016 – 2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), que retomam e intensificam os encaminhamentos econômicos e políticos fundamentados no neoliberalismo.

A mercantilização do ensino ou a redução de investimentos permite que cada vez políticas de flexibilização e austeridade afetem o contexto educacional no Brasil permitindo que educação pública de qualidade não chegue a todos, esse fato denota, sem dúvida, à ampliação de ações neoliberais limitando a função do Estado. A ‘’neoliberalização’’ da educação promove o elitismo educacional o que dá prioridade apenas a pessoas com melhores condições econômicas, o que pode acarretar na evasão escolar dos mais pobres marginalizando ainda mais a classe trabalhadora que é responsabilizada individualmente por um projeto societário excludente.

Por outro lado, apesar de não podermos afirmar que nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011 – 2016) tenha havido um rompimento com o ideário neoliberal, não há como negar que tivemos avanços significativos no que se refere à implementação de políticas públicas educacionais alinhadas aos interesses da classe trabalhadora, o que fez que o acesso à educação fosse ampliado em todos os níveis, tornando a educação mais inclusiva.

Não se pode negar, que os governos Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Vana Rousseff contribuíram significativamente para o amparo social, pensando de forma controvérsia as políticas adotadas aos que os antecederam, porém, o Brasil não abandonou o neoliberalismo e até mesmo governos que se diziam sociais democratas desviaram seu real objetivo para favorecer a burguesia. (Saviani, 1999), em sua obra Escola e democracia, argumenta que mesmo as políticas que se apresentam como voltadas para a inclusão social e democratização da educação podem estar imersas em um contexto que prioriza interesses da classe burguesa, resultando em uma continuidade das desigualdades sociais.

Por fim, evidenciamos a necessidade de prosseguimento e aprofundamento das pesquisas para que possamos avançar nas conclusões ora apresentadas e no debate sobre as políticas educacionais que se mostram tão necessárias e que podem remeter a retomada de políticas públicas inclusivas no contexto em que temos um novo governo de Luís Inácio Lula da Silva a partir do ano de 2023.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. **O impacto do FMI na educação brasileira**. São Paulo: Ação Educativa, 1999. Disponível em: <www.acaoeducativa.org>. Acesso em: 3 fev. 2025.

CARTA CAPITAL. 'Abraham Weintraub diz que universidades federais "têm cracolândia". **Carta Capital**, 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/. Acesso em: 4 mar. 2025.

COSSETIN, M. **As políticas educacionais no Brasil e o Movimento Todos pela Educação**: parcerias público-privadas e as intencionalidades para a educação infantil. 2017. 337 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Tradução de Ligia Filgueiras. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1982.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.mec.gov.br/politicas-publicas. Acesso em: 17 set. 2024.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Privatização no ensino nos anos 90. **Revista de Educação**, Sindicato dos Professores de Campinas e Região, Campinas, n. 08, p. 29-34, 2001.

NOMA, AMÉLIA. K. O neoliberalismo: doutrina, movimento e conjunto de políticas. In: NOMA, A. K.; TOLEDO, CEZAR. A. A. (Org.). **Políticas públicas e educação na contemporaneidade**. Eduem. 2017. p. 94-124.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Editora Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. **Rev. HISTEDBR Online**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 291-304, abr./jun. 2018. doi: 10.20396/rho.v18i2.8652795. ISSN: 1676-2584.

SILVA, Andréia Ferreira da. O Conselho Nacional de Educação e as Políticas de Privatização da Educação Superior no Governo de FHC. **Inter-Ação**: Rev. Fac. Educ. UFG, 30 (1): 75-98, jan./jun. 2005.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO (SinproSP). **Setor privado ganha espaço no Conselho Nacional de Educação**. Atualizada em 07/07/2016 23:30. Disponível em: https://www.sinprosp.org.br/noticias/2415. Acesso em: 6 mar. 2025.